



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**PORTARIA N.º 457/2009-GP**

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2009.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2008 a agosto de 2009, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal, 25 de setembro de 2009.

Desembargador EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA  
Presidente

**ANEXO**

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**SETEMBRO DE 2008 A AGOSTO DE 2009**

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	
	<b>(Últimos 12 meses)</b>	
	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>77.419</b>	<b>321</b>
Pessoal Ativo	60.580	321
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.839	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>19.980</b>	<b>10</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.425	10
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.454	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>57.439</b>	<b>311</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>57.751</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)<sup>1</sup></b>	423.852.829	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>	0,013625	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,024545</b>	104.035
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,023318</b>	98.834

**FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE**

<sup>1</sup>Valores referentes à Portaria STN nº 557, de 21/09/2009.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas não liquidadas mas não inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

DESEMBARGADOR EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA  
Presidente

ANDRÉA CARLA GUEDES TOSCANO CAMPOS  
Diretora Geral

MARAT SOARES TEIXEIRA  
Coordenador do Controle Interno e Auditoria Substituto

CAROLINE MOREIRA PASSOS DE LIMA  
Secretária de Administração e Orçamento

Obs.: Publicado no D.O.U. – Seção 1, nº 186, 29/09/2009 - Páginas 82-83.